



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo Território, Planejamento, Desenvolvimento e Conflito

Territorialidade e questão social: o escalpelamento enquanto expressão.

Esther Faria Lima ¹
Fabiano da Silva Pereira ²

Resumo: O escalpelamento configura-se como acidente de motor característico da região norte do país que atinge a comunidade ribeirinha, principalmente as mulheres, devido ao maior comprimento dos fios. Discutimos assim, por meio de uma pesquisa bibliográfica, a territorialidade como espaço inviolável para o desenvolvimento e execução de políticas públicas e sociais que contemplem as demandas sociais e territoriais. Além de abordar as ramificações da questão social e como são expressas em diferentes territórios.

Palavras-chave: Ribeirinhos; Escalpelamento; Território; Questão Social; Territorialidade.

Abstract: Scalping is a typical motor accident in the northern region of the country that affects the riverside community, especially women, due to the longer length of the hair. We discussed this, through a survey bibliographic, territoriality as an inviolable space for the development and execution of public and social policies that addresses the demands social and territorial. In addition to addressing the ramifications of the social issue and how they are expressed in different territories.

Keywords: Riverside; Scalping; Territory; Social issues; Territoriality.

1- INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo discutir a importância da territorialidade sob a ótica do planejamento, formulação e execução de políticas públicas em atendimento às vítimas de escalpelamento na Amazônia. A escolha do debate é influenciada pela inquietação devido a escassez de pesquisas que abordem o acidente, mesmo com a significativa frequência na região norte, nota-se pouca produção em referência a esta problemática. Dessa forma destacamos o debate acerca da importância da presença de políticas que envolvam o contexto local de usuários de políticas públicas, em especial as de natureza social, para que assim as vítimas tenham acesso aos seus direitos de acordo com as suas particularidades sociais, econômicas e territoriais.

¹ Graduanda em Bacharel em Serviço Social, Universidade da Amazônia (UNAMA), flimaesther@gmail.com.

² Doutorando em Ciência Política (UNICAMP), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), profparkf@gmail.com.



Em um país extenso de diversidades socioeconômicas, territoriais e culturais como o Brasil, manifestam-se demandas correspondentes ao contexto territorial de cada região em sua particularidade. Neste artigo, argumentamos que o acidente de escalpelamento é um exemplo das metamorfoses da Questão Social³ cuja sua especificidade está intrinsecamente ligada à região norte do país, mais diretamente às comunidades ribeirinhas⁴

O escalpelamento é um acidente de motor que entra na agenda pública e governamental em meados dos 1950 a 1970, época de implantação de novas tecnologias e fortalecimento da industrialização na região norte. Deste modo sucede a troca das velas e remos, antes utilizados para a locomoção das embarcações, por motores movidos a óleo diesel. A característica desse motor é a sua centralização na embarcação que expõe a hélice, assim ao menor descuido, este mecanismo se enrosca nos fios de cabelos das vítimas (Almeida, 2016). Desta forma, partimos da premissa que este acidente atinge principalmente as mulheres (tornando-se também questão de gênero), devido ao maior comprimento dos fios, o que se confirma nos dados da Capitania dos Portos da Amazônia Oriental (CPAOR), que aponta 93% das vítimas como mulheres.

Este fenômeno instiga reflexões, pois as suas sequelas ultrapassam o ferimento físico e atingem o campo emocional, econômico e social das vítimas do acidente, assim a sua frequência torna-se ainda mais preocupante. Segundo dados investigados e publicados pela CPAOR, entre os anos de 2019 e 2022 foi registrado o número de 45 casos de escalpelamento nos estados do Pará e Amapá, confirmando a recorrência na região norte do país.

A sua persistência provoca para que os governos locais, estaduais e federal, bem como a sociedade civil, desenvolvam ações que visem mitigar o acidente de motor. Dessa forma, levando em consideração que este fenômeno se caracteriza como uma expressão da Questão Social particular da Amazônia, torna-se necessário a criação de políticas públicas e sociais na prevenção e assistência às vítimas de acidente de motor que considerem o contexto social vivenciado pelas mesmas.

A discussão em torno do escalpelamento necessita também do debate acerca da Questão Social, uma vez que este fenômeno é uma expressão característica da Amazônia. Para Lamamoto (1998) a Questão Social é caracterizada como um conjunto das expressões, cuja constituição se dá através das desigualdades influenciadas pelo modo de produção capitalista, mantendo o foco na produção coletiva onde o trabalho se torna mais amplo

³ Refere-se a ideia defendida por Castel (2008), que corresponde às ramificações da Questão Social. Não se trata, entretanto, de uma “nova” Questão Social e sim novas expressões ramificadas no decorrer do contexto histórico e político do modo de produção capitalista contemporâneo.

⁴ Residem próximos aos rios, cultivam pequenos roçados e praticam atividades extrativistas e de subsistência. Devido aos aspectos geográficos, é na Amazônia que se encontra grande parte da comunidade (ECOBRAZIL, 2017).



socialmente, enquanto a apropriação dos lucros se mantém de maneira privada, monopolizada apenas por uma parte da sociedade.

Este modo de produção se caracteriza no antagonismo da relação capital *versus* trabalho que, por sua vez, ao se estender para o território amazônico a relação se amplia para escassez de recursos que a posteriori eram fartos da poluição dos rios, do território, pela devastação da floresta e outras diversas expressões da Questão Social demandadas pela comunidade que reside em seus territórios (Teixeira, 2008).

Santos (2003) enfatiza que a criação do espaço é a consequência da utilização do território pelo povo que o habita, assim o espaço se organiza pelo indivíduo que constitui uma sociedade sendo também, o resultado dos processos sociais. Levando em consideração a ideia defendida pelo autor, destacamos nessa perspectiva que, o povo que habita em um determinado território possui suas especificidades no modo de viver a vida, seguindo a ideia de que os territórios distribuídos em um país tão diversificado não são iguais, e essas diferenciações precisam ser levadas em consideração na criação de políticas públicas para que tenham resultados positivos.

Por fim, as expressões da Questão Social oriundas das consequências do modo de produção capitalista exigem das políticas públicas a quebra do padrão homogeneizado de programas e serviços que atendem as demais regiões do Brasil, reiterando que, as demandas por ora apresentadas no sul-sudeste diferem da região norte, particularmente a Amazônia Paraense (Teixeira, 2008).

Debatemos, assim, a importância e os conceitos ligados à territorialidade, além de salientar qual a sua relevância para a criação de políticas públicas que atuem na real problemática, atendendo às dinâmicas territoriais apresentadas pela população atingida em maior escala, neste caso a comunidade ribeirinha.

2- QUESTÃO SOCIAL E O FATOR AMAZÔNICO: O ESCALPELAMENTO COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL.

Ao nos debruçarmos nos estudos que discutem a configuração da Questão Social notamos a variedade de autores e autoras que discutem esse termo, entre os debates está o de Yamamoto (1998) que defende o conceito configurado como uma gama de expressões das desigualdades sociais da sociedade capitalista, cuja sua produção social se constrói cada vez mais coletiva, enquanto a apropriação dos seus frutos, isto é, os lucros, são monopolizados apenas por uma parte da sociedade. Deste modo, adotando o pensamento da autora, destacamos o antagonismo que está presente na sociedade capitalista, onde uma



parcela da população enriquece gradativamente em detrimento de outra, que vivencia as mais diversas expressões da questão social.

Para a autora, este conceito expressa desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, persuadindo nas disparidades de relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais.

Nessa perspectiva, a gênese da Questão Social está imbricada ao processo de implementação do modo de produção capitalista. De acordo com Tomaz (2013), o termo manifesta-se inicialmente para dar conta do pauperismo⁵ decorrente dos impactos da primeira onda industrializante, a designação desse pauperismo relacionava-se diretamente aos seus desdobramentos sociopolíticos.

No processo histórico, em detrimento do desenvolvimento e da expansão do modo de produção capitalista, novas ramificações da questão social emergem. Netto e Braz (2021, p.52) discutem que “[...] tal ‘questão’, obviamente, ganha novas dimensões e expressões à medida que avança a acumulação e o próprio capitalismo apresenta mudanças”.

Retomamos assim, o debate acerca da metamorfose da questão social, contrapondo a ideia de que surge uma “nova” questão, uma vez que todas as expressões são decorrentes do modo de produção capitalista. Destarte, Nascimento *et al* (2022), ratifica esta discussão, afirmando que na medida em que o capitalismo apresenta mudanças, as diferentes expressões da Questão Social vão ganhando novas dimensões, quanto maior a acumulação de capital, maior será o aprofundamento da questão social.

Essas discussões acerca da questão social servem como um pilar para que se possa debater as suas ramificações na Amazônia, abordado o escalpelamento como uma expressão da questão social particular da região norte do país. Assim pensar questão social na Amazônia, Nascimento *et al* (p. 4, 2022) discute que:

[...] é imprescindível compreender que existem diversas faces e modos de vida dentro da Amazônia. Para se pensar nas necessidades e enfrentamentos das expressões da questão social na Amazônia é necessário um olhar que contemple a totalidade, desde a questão geográfica até as minúcias culturais.

Deste modo, partimos do princípio de diversidade que está presente no território amazônico, com a heterogeneidade de grupos sociais que possuem suas particularidades e especificidades na forma de viver, compreender o mundo, no âmbito das relações sociais e na forma de se relacionar com os recursos territoriais, assim, para adentrar o contexto do acidente de escalpelamento é fundamental reconhecer a diversidade sociocultural (Almeida, 2016).

O modo de produção capitalista e seus desdobramentos intensificaram as expressões da questão social no território, nesse sentido criou-se a necessidade de

⁵ Termo empregado para descrever a pobreza, que tornou-se mais evidente decorrente do processo de industrialização (Blummer, 1990)



compreender os diversos aspectos históricos, culturais, sociais econômicos, dentre outros, que estão ligados às suas ramificações (Teixeira, 2008).

A autora defende que a ideia de que os povos tradicionais e originários que vivem neste território tão rico não estariam na condição de pobres e excluídos se os mesmos pudessem usufruir livremente das apropriações de seus recursos naturais, com os produtos dos rios e da floresta, porém estes foram separados de suas terras. Assim o movimento consequente do modo de produção capitalista, tratou de deixá-los cada vez mais pobres.

De Palma (2017) ressalta que a forma a questão social se expressa nesse rico e complexo espaço é intensificada por elementos históricos, ambientais, culturais, sociais e políticos. A contradição entre capital e trabalho chegou a uma região onde, antes do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, não se via populações em condição de pobreza/miséria.

Teixeira (2013) aponta a importância de considerar as suas particularidades regionais na execução da leitura social no território. Assim, as “representações abstratas”, nomeadas por Karl Max, constituem a questão social, que em cada limitação regional possuem demandas diferentes e específicas, visto que cada espaço dispõe de culturas e costumes dissemelhantes.

Por fim, para que se possa entender em sua totalidade as expressões da Questão Social na Amazônia é necessário o entendimento da realidade social dos povos tradicionais, não ignorando as desigualdades que os distinguem de outros indivíduos. Dessa forma, cabe-se afirmar que a Amazônia possui suas expressões particulares, intensificadas pelo modo de produção capitalista, características de sua própria região, bem como o acidente de escarpelamento.

3- TERRITORIALIDADE E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS: PENSAR A AMAZÔNIA PARA OS AMAZÔNIDAS.

O escarpelamento é conceituado como um acidente de motor que ocasiona uma lesão traumática, decorrente de uma brusca tração dos fios no eixo do motor das embarcações seguida da avulsão do couro cabeludo. Geralmente, a sua incidência ocorre a partir de atos comuns de locomoção nos rios do cotidiano ribeirinho, isto é, na ação de abaixar-se para retirar água que adentra a embarcação ou até mesmo para apanhar algum objeto no assoalho do transporte. É nesse momento que o cabelo se enrosca no motor, com alta rotação e ausência de eixo protetor, arranca o couro cabeludo de forma brusca e traumática provocando o escarpelamento (Magno *et al*, 2012)



É presumido que os acidentes se constituíram como questão pública em consonância da influência dos avanços da industrialização na indústria naval de pequeno e médio porte, realizando as trocas de velas por motores com a finalidade de aumentar a rapidez das embarcações. Tais mudanças ocorreram em várias esferas, até mesmo atingindo o cotidiano da comunidade ribeirinha, que passaram a construir seus próprios barcos como parte da manufatura familiar (Magno *et al*, 2012).

Na Amazônia, há predominância na adoção de cabelos longos, para Magno *et al* (2012) este fator se conecta ao costume atribuído à descendência indígena ou da religião evangélica. Nessa perspectiva o comprimento dos fios implica para que a maior parte das vítimas sejam do gênero feminino.

É importante que se inclua no debate desta problemática a importância concedida aos rios pelas populações tradicionais da Amazônia, segundo a análise de Guimarães e Bicharra (2012) a relação com o rio é de interação e sociabilidade, além disso, os rios se equiparam às ruas das grandes cidades, sendo a principal via de acesso a outras localidades, percorrendo curtas e longas distâncias com suas pequenas embarcações.

Neste aspecto, sendo a principal via de acesso, Magno *et al* (2012, página) conclui que:

[..] a população comumente utiliza para locomoção, embarcações movidas a motor rotativo, que geralmente não seguem os padrões de segurança, principalmente pela ausência de proteção das peças que compõem o seu eixo.

Deste modo, a sua particularidade, referente à frequência dos acidentes na região norte do país, é um fator intrigante pois estes ocorrem no principal meio de interação da população, nos rios que cercam os estados e municípios (Guimarães; Bicharra, 2012). Ressaltamos ainda mais a importância de trazer o debate do acidente de escalpelamento em pauta, visto que este ocorre no principal meio de interação e acesso da comunidade ribeirinha.

Almeida (2016) cita sobre as condições econômicas, sociais e culturais que fazem parte das comunidades ribeirinhas amazônicas, um espaço cercado por águas e florestas, que de certa forma comparando-se ao modo de vida urbana há uma desigualdade de vivências, experiências e possibilidades.

O acidente de escalpelamento é um fenômeno que instiga graves repercussões, tanto pelo nível de lesão, quanto pelas consequências psicológicas e sociais ligadas a ele, sobre as suas sequelas:

A lesão apresenta efeitos em longo prazo e na maioria das vezes provoca distúrbios funcionais de várias proporções, além de provocar consequências sócio-econômicas e psicológicas para o paciente, familiares e até para a economia da região (Magno *et al*, página, 2012)

Nesse sentido, é cabível afirmar que suas consequências ultrapassam questões físicas. Para Cunha e Rosa (2016) além das vítimas conviverem com sequelas perceptíveis,



estas também passam por um processo de mudança que acarreta uma gama variada de sentimentos.

Em suma, diante a repercussão referente ao efeito do acidente na vida dos/as escarpelados/as, as entidades municipais, governamentais e ao nível federal, constroem um envolvimento com a finalidade de desenvolver ações e políticas sociais, com o objetivo de prevenir e amparar aqueles que são atingidos por esta expressão da questão social.

As políticas sociais surgiram a partir do crescimento capitalista, após a mobilização das classes operárias que estavam sob condições de desigualdades socioeconômicas, além de se encontrarem insatisfeitos com as condições de trabalho que conseqüentemente implicam na qualidade de vida. Surgem então, com a finalidade de se tornar uma política mediadora com ações e controle sobre as necessidades sociais básicas da classe trabalhadora (Santos, 1998)

O autor completa nessa perspectiva, que as políticas encontram-se em diferentes condições de nível econômico, político e social, relacionando as conquistas e direitos que esses trabalhadores alcançaram por meio de suas reivindicações.

Porém, para que se realize o processo correto de desenvolvimento das políticas, isto é, para que contemplem as demandas solicitadas, é necessário levar em consideração o contexto territorial e social das vítimas. Para Almeida (2016) compreender a dinâmica vivida pelos povos e comunidades tradicionais, a forma de viver e a importância do rio e dos ambientes naturais, torna-se a condição essencial para que haja o correto planejamento e a execução de políticas públicas que atendam as reais demandas apresentadas pelos povos amazônicos.

Assim, para adentrar ainda mais na discussão sobre a problemática, é necessário que sejam levados em consideração alguns conceitos que permitam facilidade de compreensão sobre a temática, dentre eles destacamos o conceito de território. A sua concepção não se encontra apenas ligada a determinada dimensão material, ou seja, o território pode ser considerado um campo de forças que envolve as relações sociais projetadas em um espaço, nesse contexto, ele é construído historicamente remetendo a diferentes contextos e escalas (Albagli, 2004).

É a partir da ideia defendida pela autora que podemos perceber a diversidade que se encontra em cada região do Brasil, territórios que foram construídos historicamente com suas particularidades regionais, atribuídas pelas relações sociais dos indivíduos que o ocupam. Em particular, a Amazônia é considerada um território heterogêneo, no que se refere às questões culturais, territoriais, geográficas e ambientais, sendo assim, necessitam de políticas que consigam atender a diversidade presente de povos e comunidades das regiões (Ribeiro; Nascimento, 2012).



Outro conceito a ser debatido e que segue alínea ao pensamento, é o de territorialidade Para Becker (2010) este termo se relaciona com a influência no espaço definido, onde tenta influenciar ou controlar as ações, assim também se caracteriza como a identidade e pode repousar na presença de um estoque cultural.

Para Albagli (2004) também abrange a relação do indivíduo de ou grupo social com o seu meio de referência, manifestando-se em escalas geográficas e expressando o sentimento de pertencimento. Ademais, a autora conclui que:

No nível individual, a territorialidade refere-se ao espaço pessoal imediato, que em muitos contextos culturais é considerado um espaço inviolável. Em nível coletivo, a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade (Albagli, 2014 p.7).

Por fim, adotar a compreensão da territorialidade como um espaço inviolável é necessário para percepção das necessidades apresentadas pelas populações, sempre observando e não ignorando a heterogeneidade que pertence a cada comunidade. Assim, discutir demandas específicas de um território rico como a Amazônia é necessário para ressaltar a importância de considerar as suas particularidades regionais na execução da leitura social do território para a criação de políticas públicas eficazes na luta de prevenção do acidente de escarpelamento.

4- RESULTADOS E CONCLUSÕES

Este artigo teve como objetivo discutir a importância da territorialidade sob a ótica do planejamento, formulação e execução de políticas públicas em atendimento às vítimas de escarpelamento na Amazônia.

Discutimos o conceito do fenômeno de escarpelamento, abordando suas características, bem como as sequelas ocasionadas pelo acidente de motor, estas que ultrapassam questões físicas, atingindo o psicológico e social. Assim como foi abordado, atinge principalmente a comunidade ribeirinha por ocorrer no principal meio de interação social deles, instigando ainda mais a necessidade de debate acerca da problemática existente na Amazônia Paraense.

O estudo constatou que a intensificação das expressões da Questão Social e seus desdobramentos, influenciando na necessidade de compreender os diversos aspectos históricos, culturais, sociais econômicos que estão ligados às suas ramificações. Dessa forma, para que se possa compreender as ramificações da Questão Social, em sua totalidade, é necessário o entendimento da realidade social dos povos tradicionais que residem às margens dos rios, nesse caso, a comunidade ribeirinha.



Foi apurado a importâncias das entidades municipais, estaduais e ao nível federal para a criação de políticas públicas, deste modo, para que se realize o processo de desenvolvimento coeso de políticas públicas coeso com a realidade amazônica, é preciso considerar o contexto social e territorial das vítimas.

É nesse contexto que destacamos a compreensão da territorialidade como um espaço inviolável, pois é necessário para percepção das necessidades apresentadas pelas populações, não ignorando a heterogeneidade que pertence a cada comunidade. Assim, discutir demandas específicas de um território rico, como a Amazônia, é indispensável para ressaltar a importância de considerar as suas particularidades regionais.

Por fim, constatamos o acidente de escarpamento como uma expressão da questão social particular da região norte do país, assim, é necessário se apropriar do contexto territorial e reconhecer a diversidade sociocultural presente em cada território, para que se possa desenvolver e executar políticas públicas eficazes na luta de erradicação do acidente de escarpamento.



REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 23-69, 2004.

ALMEIDA, E. N. de. **O corpo escarpado**: possibilidades e desafios docentes no cotidiano de meninas ribeirinhas na Amazônia paraense. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8474>. Acesso em: 05 de fev. de 2024.

BECKER, Bertha Koiffmann. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 5, p. 17-23, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-81222010000100003>. Acesso em: 09 de fev. de 2024.

CATEGORIA CONCEITOS - Comunidades Tradicionais: Ribeirinhos. Disponível em: http://www.ecobrasil.eco.br/site_content/30-categoria-conceitos/1195-comunidades-tradicionais-ribeirinhos. Acesso em: 05 de fev. de 2024.

CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL MARINHA DO BRASIL. CPAOR, [S.l.], 2023. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/cpaor/node/30>. Acesso em: 2 mar. 2023.

CASTEL, Robert; POLETI, Iraci D. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. In: *As Metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário*. 2008.

CUNHA, J. O. da; ROSA, M. R. S. da. **Experiência de mulheres escarpadas acerca da alteração de imagem corporal**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) - Faculdade de Enfermagem, Universidade Federal do Pará. Pará, 2016. Disponível em: https://bdm.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/2057/1/TCC_ExperienciaMulheresEscarpadas.pdf. Acesso em: 06 de fev. de 2024.

DO NASCIMENTO, Izabelle Cristina Frago et al. Questão Social na Amazônia: reflexões sobre o trabalho de Assistentes Sociais em tempos emergentes. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 17., 2022, **Anais** [...]. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00883.pdf>. Acesso: 05 de fev. de 2024.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 24. ed. – São Paulo, Cortez, 2013.
GIL. A. C. **Métodos E Técnicas De Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, A. G. M.; BICHARRA, C. N. C. **O processo de construção de políticas públicas em prol do ribeirinho vítima de escarpamento na Amazônia**. Conhecer: debate entre o público e o privado, [S. l.], v. 2, n. 06, p. 1–33, 2012. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/1214>. Acesso em: 2 fev. de 2024.

MAGNO, L. D. P. PEREIRA, A. J. F.; GONÇALVES, B. M.; ALMEIDA, R. M. V. R. de; GUIMARÃES, A. G. M.; BICHARA, C. N. C. Escarpamento nos Rios da Amazônia: um



problema de saúde pública. Rev. para. med, [S. l.], v. 26, n. 01, 2012. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-652220>. Acesso em: 06 de fev. de 2024.

MINAYO, MC de S. O desafio da pesquisa social. In. MINAYO, MC de S.(org.); DESLANDES; SF; GOMES, R. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**, v. 30, p. 9-29.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. Cortez Editora, 2021.

DE PALMA, E. S. **O ensino das expressões da questão social na Amazônia na formação em Serviço Social**: um olhar a partir dos cursos de Serviço Social do interior do Amazonas. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017. <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6843>. Acesso em: 06 de fev. de 2024.

SANTOS, Milton. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, W. G. A trágica condição da política social. In: Política social e combate à pobreza. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

RIBEIRO, P. A.; NASCIMENTO, M.A.C. **Povos indígenas e quilombolas do rio Adirá**: Reflexões sobre a dialética diversidade/ desigualdade. In: CHAVES, M. do P. S. R. Ações afirmativas de cidadania na amazônia. São Paulo: Alexa Cultural, 2022 p. 51-62.

TEIXEIRA, J. B. Meio Ambiente, Amazônia e Serviço Social. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, [S. l.] n. 21, p. 141-152, 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/94>. Acesso em: 02 de fev. 2024.

TOMAZ, M. A. A questão social no capitalismo: uma análise do seu conceito na contemporaneidade. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 6, 2013, São Luís-MA. **Anais** [...]. São Luís-MA: UFMA. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo5-pobrezaepoliticaspUBLICAS/aquestaosocialnocapitalismo-umaanalisedoseuconceitonacontemporaneidade.pdf>. Acesso em: 06 de fev de 2024.